

## COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

# Grupos de choque extensivos às províncias e aos distritos

A PROCURADORIA-GERAL da República (PGR) está a avançar para a constituição de Grupos de Referência de Protecção às Crianças e de Combate ao Tráfico de Pessoas para as províncias e distritos do país, como forma de alargar as suas acções.

Segundo Amabélia Chuquela, Procuradora-Geral-Adjunta, que falava semana passada no seminário de formação dos membros, a instalação destes grupos, integrando elementos provenientes de diversos extractos sociais, onde se localiza uma parte significativa das vítimas do tráfico, é uma forma de fortalecer os membros para erradicar o fenómeno.

"A nossa expectativa é que esta acção represente uma mais-valia para o grupo de referência como um todo. Mais-valia para cada um dos membros, de forma individual



Grupos de referência alargados às províncias e distritos

e como integrante da instituição ou organização que aqui representa. As experiências partilhadas na formação permitem esclarecer algumas dúvidas e incertezas que certamente terão melhores esclarecimentos a partir das experiências dos outros membros e dos nossos facilitadores. Só deste modo é que caminharemos para a erradicação do tráfico de pessoas no nosso país" – disse.

Ao que ajuntou, o tráfico é uma das facetas do crime organizado. Cada dia mais organizado, com recurso a meios e técnicas cada vez mais sofisticadas por forma a se instalar e operar no nosso seio sem ser detectado.

"Esta realidade constitui um desafio não só para a PGR, como

para todas as instituições do Estado, órgãos de comunicação social, confissões religiosas, organizações e instituições não-governamentais. Por isso a prevenção e o combate contra o tráfico de pessoas constitui um desafio para toda a comunidade" – explicou.

Liderado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o Grupo de Referência de Protecção de Crianças e Combate ao Tráfico de Pessoas conta com a presença de representantes dos órgãos do Governo, magistrados do Ministério Público, membros de organizações não-governamentais, organizações religiosas, da sociedade civil e órgãos de comunicação social. O destaque vai para os ministérios do

Interior, da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da Saúde, do Trabalho, Emprego e Segurança Social, da Educação e Desenvolvimento Humano e do Género, Criança e Acção Social. Igualmente, fazem parte do grupo de choque o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), a Polícia de Investigação Criminal, as procuradorias provinciais, a Migração, as Alfândegas, o Conselho Cristão de Moçambique, a Autoridade Tributária, a Associação dos Médicos Tradicionais (AMETRAMO), a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique, a Save The Children, a Organização Internacional das Migrações, entre outros.